Tribunal da Relação de Guimarães
Processo nº 3510/19.2T8VNF.G1

Relator: CONCEIÇÃO SAMPAIO

Sessão: 17 Março 2022

Número: RG

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: IMPROCEDENTE

IMPUGNAÇÃO DA MATÉRIA DE FACTO

DEDUÇÃO DO IMPOSTO

ACTIVIDADE EMPRESARIAL

Sumário

SUMÁRIO (da responsabilidade da Relatora - art. 663.º, n.º 7 do CPC)

I - Nos termos do artigo 20.º, n.º 1, do C.I.V.A., só é dedutível o imposto que tenha incidido sobre bens ou serviços adquiridos, importados ou utilizados e que sejam pertinentes aos fins próprios da atividade do sujeito passivo.

II - Não estando em causa uma operação inerente à sua atividade empresarial, não poderá o sujeito passivo proceder à dedução do imposto.

III - A exclusão do direito à dedução previsto no artigo 21.º, do C.I.V.A., tem por finalidade obstar à dedução do imposto suportado com bens ou serviços não essenciais à atividade produtiva ou facilmente desviáveis para consumos particulares. Esta norma é, no fundo, uma norma especial anti-abuso em sede de I.V.A.

Texto Integral

ACORDAM NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

I - RELATÓRIO

X, Lda., intentou contra Reboques ... Unipessoal, Lda., ação declarativa de

condenação sob a forma de processo comum, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de € 18.163,92, acrescida dos juros legais devidos desde a data da citação até integral e efetivo pagamento.

*

A ré contestou impugnando a factualidade alegada pela autora, mais requereu a intervenção principal das sociedades comerciais “Y - Sociedade Unipessoal, Lda.” e “W, Lda.”, bem como a condenação da autora como litigante de má fé.

*

Foi indeferida a intervenção principal e admitida a intervenção acessória das sociedades “Y - Sociedade Unipessoal, Lda.” e “W, Lda.”.

*

A final foi proferida sentença que julgou a ação parcialmente procedente e, em consequência:

a) Condenou a Ré, “Reboques ... Unipessoal, Lda.”, a pagar à Autora, “X, Lda.”, a quantia de € 16.213,92, acrescida de juros de mora vencidos desde a data da citação e vincendos até integral e efetivo pagamento, sobre o capital de € 16.213,92, à taxa legal de 4%;

b) Condenou a Autora, “X, Lda.”, como litigante de má fé, no pagamento de multa no valor de 5UCs, bem como de indemnização à Ré, “Reboques ... Unipessoal, Lda.”, em montante a liquidar oportunamente;

c) Condenou a Chamada, “Y - Sociedade Unipessoal, Lda.”, como litigante de má fé, no pagamento de multa no valor de 5UCs, bem como de indemnização à Ré, “Reboques ... Unipessoal, Lda.”, em montante a liquidar oportunamente.

*

Inconformada com a sentença, a ré interpôs recurso, finalizando com as seguintes conclusões (transcrição):

A) O presente recurso pretende, com a reapreciação da prova gravada e produzida em audiência e discussão de julgamento, impugnar a decisão proferida sobre a matéria de facto pois considera a Recorrente que houve factos indevidamente dados como provados, os quais se consideram importantes para a boa decisão da causa, bem como pretende impugnar a matéria de direito.

I.

B) No ponto 9 dos factos provados, a Recorrente entende que deve ser dado como não provado que a Autora, aqui Recorrida, teve a máquina parada 78 dias úteis.

C) A Recorrente defende que deve ter-se dado como provado que a Autora

teve a máquina parada apenas e só 20 dias úteis, pois

D) A máquina chegou à oficina para reparação no dia 17 de Julho e foi levantada no dia 31 de outubro de 2018; contudo o tempo efectivo da reparação da máquina demorou apenas 3 semanas.

E) Na verdade, após ter sido depositada na oficina a máquina e elaborado o orçamento, a Recorrida, sem ter demonstrado razão para tal, demorou por cerca de 2 meses a dar a ordem de reparação.

F) E, após a data do término da reparação da máquina (em final de setembro de 2018), a Recorrida demorou 1 mês para proceder ao seu levantamento, sem motivo justificativo.

G) Desse modo, não pode ser imputado à Recorrente a paralisação da máquina nesses períodos.

H) Tudo isto foi corroborado pelo depoimento de parte do representante da Recorrida, F. A. (ficheiro 0210524143333_5698002_2870593.wma, do dia 24/05/2021 - desde o minuto 00:12:26 ao minuto 00:12:32 e do minuto 00:17:31 ao minuto 00:18:05), o qual confessa que a máquina foi entregue na oficina para reparação, no dia seguinte ao acidente, ou seja, no dia 17 de Julho de 2018;

I) Mais, no mesmo depoimento, o citado representante da Recorrida confessa que a máquina em questão ficou totalmente reparada em finais de setembro de 2018.

J) Acresce que, a testemunha M. V.

(ficheiro20210624150537_5698002_2870593.wma, do dia 24/06/2021 - do minuto 00:06:58 ao minuto 00:07:06, do minuto 00:07:08 ao minuto 00:08:21, do minuto 00:08:52 ao minuto 00:09:07, do minuto 00:12:15 ao minuto 00:12:45 e do minuto 00:13:05 ao minuto 00:13:20), afirmou que a Recorrida só passou cerca de 2 meses após a entrada da máquina nas suas instalações é que deu ordem para a sua reparação.

K) E que, após essa ordem, a reparação da máquina demorou cerca de 3 semanas.

L) Mais confirmou que a máquina ficou nas suas instalações três meses, isto é, até Outubro de 2018, apesar de a mesma já estar reparada, em finais de Setembro.

M) Assim, o Tribunal a quo julgou mal ao decidir, no ponto 9 dos factos provados, que a Recorrida esteve com a máquina parada 78 dias úteis.

N) Entende a Recorrente que ficou demonstrado e comprovado que, em sede de audiência e discussão de julgamento, a máquina esteve parada para reparação apenas 20 dias úteis.

O) Por conseguinte, reapreciando a prova, deverão Vossas Excelências alterar a matéria de facto dada como provada no ponto 9, considerando apenas como

provado que foram 20 dias úteis de paralisação, mantendo-se o restante.

Sem Prescindir,

II.

P) O Tribunal a quo condenou a Recorrente a pagar à Recorrida, para além do mais, o custo que esta suportou na reparação dos estragos sofridos pela máquina Manitou aquando do acidente.

Q) A Recorrida liquidou, a esse título, a quantia € 12.313,92, onde se inclui IVA, conforme o descrito na factura n.º FT2018A8/689.

R) Sucede que, o Tribunal a quo não deveria ter condenado a Recorrente no valor de € 2.302,60, correspondente ao valor do IVA. Pois,

S) A Recorrida é uma sociedade comercial e a reparação da máquina Manitou, por ser um bem que constitui o objeto da sua atividade comercial, beneficia da dedução prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º do CIVA;

T) Tal como sustentou o Supremo Tribunal de Justiça, no seu Acórdão de 02/09/2013, in www.dgsi.pt que "(...) nas operações inerentes à atividade empresarial, o IVA nunca é custo para a empresa que o paga e, portanto, dano indemnizável, pois, a final, tem direito à respectiva dedução."

U) Pelo que, não se verifica qualquer prejuízo para a Recorrida.

V) Ao invés, beneficiar-se-ia a Recorrida de um enriquecimento indevido no valor correspondente ao IVA deduzido.

W) Violou, assim, a sentença o disposto nos artigos 798.º, 799.º, 1044.º, 562 e 566.º, n.º 1, todos do Código Civil.

X) Pelo que, deve ser a sentença revogada no que diz respeito à quantia de € 2.302,60, a título de IVA, absolvendo-se a Recorrente do seu pagamento.

*

Foram apresentadas contra-alegações defendendo a Recorrida a improcedência do recurso e a manutenção do decidido.

*

Foram colhidos os vistos legais.

Cumpre apreciar e decidir.

*

II - DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO RECURSO

São as seguintes as questões jurídicas a apreciar:

- A impugnação da decisão da matéria de facto;
- O mérito da sentença.

*

III- FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Os factos

3.1.1. Factos Provados

Foram dados como assentes na primeira instância os seguintes factos:

- 1- Por acordo verbal, a Autora declarou alugar à Ré, que aceitou, a máquina Manitou, modelo MT1235 n.º de série ..., com início em 4 de Julho de 2018 e por prazo não superior 19 dias úteis, contra o pagamento de € 75.00, mais IVA, por cada dia útil.
- 2- A Ré chegou a acordo com a Autora para pagamento da quantia de € 1.568,25 pelo aluguer da máquina.
- 3- A máquina sofreu um acidente no dia 16 de Julho de 2018.
- 4- No dia referido em 3, a máquina caiu ao mar.
- 5- A máquina foi colocada a reparar na empresa “K - Reparações de Equipamentos Hidráulicos, Lda.”.
- 6- Foi a Ré quem transportou a máquina aqui para ser reparada nas instalações da “K”.
- 7- E foi a mesma Ré quem, no dia 31 de Outubro de 2018, levantou a máquina já reparada e a transportou e entregou nas instalações da Autora.
- 8- A Ré não pagou o custo da reparação da máquina, no valor de € 12.313,92, tendo sido a Autora a fazê-lo.
- 9- A Autora teve a máquina parada 78 dias úteis, de 17 de Julho a 31 de Outubro de 2018, tendo a máquina ficado reparada em finais de Setembro de 2018.
- 10- Se não fosse o referido em 3 e 4, no período aludido em 9 a Autora podia ter alugado a máquina a qualquer empresa.
- 11- Foi, e é, do conhecimento da Autora que a máquina em causa era para sublocar, sem que esta alguma vez se opusesse a esse facto.
- 12- Assim, no dia referido em 1, a Ré declarou sublocar a máquina à sociedade comercial “Y - Sociedade Unipessoal, Lda.”, que aceitou.
- 13- A fim de que a máquina fosse utilizada para carregar e descarregar mercadorias no Porto de Leixões, em Leça de Palmeira.
- 14- Na sequência do referido em 4, a máquina ficou danificada.
- 15- Na data referida em 3, o gerente da Autora deslocou-se ao local do acidente e constatou que a máquina estava inoperacional.
- 16- E, de imediato, a Autora deu conhecimento à Ré.
- 17- Nesse mesmo dia, a Autora contactou a Ré para que enviasse a máquina para a empresa “K - Venda e Assistência de Equipamentos Hidráulicos, Lda., em Braga”.
- 18- Tendo, posteriormente, a Autora ordenado a reparação da citada máquina

“Manitou”.

19- A máquina em questão é uma máquina usada, com mais de 10 anos.

20- A máquina “Manitou” já apresentava deteriorações decorrentes do uso que lhe era dado.

21- Quando se encontrava no local referido em 13 e antes do acidente referido em 3 e 4, a máquina “Manitou” tinha um retrovisor partido, faltava um amortecedor num dos vidros, uma porta não abria por fora e uma das sapatas não descia.

22- A Autora não tem como objecto social o aluguer de máquinas, mas a “Fabricação de artigos em madeira. Carpintaria e montagem de trabalhos de carpintaria”.

23- A Chamada “W” contratou com a Chamada “Y”, a prestação de serviços destinados ao desmantelamento de equipamento em fim de vida que se encontrava nas instalações da “D. P.” - Porto de Leixões.

24- Para levar a cabo os trabalhos contratados, a Chamada “Y” fez deslocar para o local da obra alguns equipamentos.

25- A máquina referida em 1 foi levada para o local referido em 23.

26- O gerente da Chamada “W” solicitou à Chamada “Y” o certificado de inspeção e vistoria, o que não lhe foi exibido.

27- E comunicou à Chamada “Y” que aquele equipamento não podia ser usado na operação contratada, nomeadamente, por razões de segurança e solicitou a sua remoção do local da obra.

28- Na ocasião referida em 4, a máquina deslizou da rampa varadouro da “D. P.”, onde se encontrava imobilizado.

29- A máquina foi removida da água com a intervenção de uma auto grua que se encontrava no local e de mergulhadores.

30- O gerente da Chamada “Y” propôs à Autora que aceitasse a entrega de um transformador, pertencente à Chamada “W”, a fim de que, com o produto da sua venda, pudesse pagar a reparação da máquina referida em 1.

31- A Chamada “Y” é uma sociedade comercial por quotas que se dedica, com carácter habitual e intuito lucrativo, à actividade de transportes nacionais e internacionais de mercadorias, comércio e aluguer de equipamentos industriais e instalação e manutenção de equipamentos industriais.

*

3.2. O Direito

3.2.1. Da impugnação da matéria de facto

Existem requisitos específicos para a impugnação da decisão proferida sobre a matéria de facto, os quais, se não observados conduzem à sua rejeição.

Assim, o artigo 640º, CPC impõe ao recorrente o ónus de:

- a) especificar os concretos pontos de facto que considera incorretamente julgados;
- b) especificar os concretos meios probatórios, constantes do processo ou de registo ou gravação nele realizada, que imponham decisão sobre os pontos da matéria de facto impugnados diversa da recorrida.
- c) especificar a decisão que, no seu entender, deve ser proferida sobre as questões de facto impugnadas.

Impõe-se que nas conclusões o recorrente indique concretamente os pontos da matéria de facto que impugna e o que entende que deve ser assente, apresentando a sua pretensão de forma inequívoca, de forma a que se possa, com clareza, separar a mera exposição da sua apreciação sobre a prova da reivindicação da alteração da matéria de facto, e saber claramente em que sentido pretende que a matéria de facto provada seja alterada.

No caso, considera a Recorrente que não deveria ser dado como provado o facto 9º, isto é, que a autora teve a máquina parada 78 dias úteis, mas sim que a autora teve a máquina parada apenas 20 dias úteis.

Defende a Recorrente que do depoimento de parte do representante da Recorrida F. A. e do depoimento da testemunha M. V. resulta que a máquina demorou apenas três semanas a ser reparada, tendo a autora demorado a dar a ordem de reparação e a proceder ao seu levantamento.

Não assiste razão à impugnante neste ponto, pois que do conjunto da prova produzida resultou que autora esteve sem a máquina desde 17 de Julho até 31 de Outubro de 2018.

A passagem destacada do depoimento de parte do legal representante da autora, não exprime o sentido do seu depoimento, pois o que resulta do mesmo é que este contactou a ré para que levasse a máquina o mais depressa possível para as instalações da empresa reparadora a fim de evitar o agravamento dos danos e que desse ordem de reparação, mas a ré apesar de ter transportado a máquina nunca deu ordem de reparação, motivo pelo qual, e porque precisava da máquina, acabou por dar ordem de reparação.

Por outro lado, está junta a fatura de reparação da qual consta: “Os artigos/ serviços foram considerados à disposição do adquirente em: 31 de Outubro de 2018.”

Ademais está assente que foi a ré que transportou a máquina para ser reparada nas instalações da K e foi a ré que levantou a máquina já reparada e a entregou nas instalações da autora (factos 6 e 7).

Como é sabido, a prova de um facto não resulta, regra geral, de um só depoimento ou parte dele, mas da conjugação de todos os meios de prova e da sua valoração.

Por último sempre cumprirá dizer que competindo à ré providenciar pela reparação, teria de demonstrar qualquer facto que a desonerasse dessa obrigação e que permitisse considerar que a demora na restituição da coisa reparada era imputável à Autora. Manifestamente, não logrou a ré tal demonstração.

Nesse sentido, o facto 9 deve manter-se inalterado.

Improcede, pois, a impugnação da decisão da matéria de facto.

*

3.2.2. Subsunção jurídica dos factos ao direito

Entre a autora e a ré foi celebrado um contrato de aluguer, o qual é definido como sendo o contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra o gozo temporário de uma coisa móvel, mediante retribuição - artigos 1022.º, 1023.º, do Código Civil.

Decorre da lei que é obrigação do locatário não fazer da coisa uma utilização imprudente (artigo 1038.º, al. d), do Código Civil). Tal obrigação advém do dever de diligência que é exigível ao locatário no gozo de uma coisa alheia (1). O artigo 1043.º, do Código Civil, concretiza o dever de utilização prudente, ao estabelecer que o locatário é obrigado a manter e restituir a coisa no estado em que a recebeu, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma prudente utilização, em conformidade com os fins do contrato. E acrescenta que se presume que a coisa foi entregue ao locatário em bom estado de manutenção quando não exista documento onde as partes tenham descrito o estado dela ao tempo da entrega.

Como é comumente aceite, as deteriorações inerentes a uma prudente utilização são aquelas que derivam do uso normal da coisa, bem como do habitual desgaste dos bens, atentos o fim do contrato e a diligência do bonus pater famílias.

A ré não fez, manifestamente, uma prudente utilização da coisa locada.

Por essa razão responde, perante a autora, pelos prejuízos causados.

Quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (artigo 562.º, do Código Civil).

A sentença recorrida condenou a ré a pagar à autora o custo que esta suportou na reparação dos estragos sofridos pela máquina no valor de € 12.313,92.

Insurge-se a Recorrente contra este segmento da sentença, por considerar

que a quantia € 12.313,92, inclui IVA, e que sendo a Recorrida uma sociedade comercial e a reparação da máquina um bem que constitui o objeto da sua atividade comercial, beneficia da dedução prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º do CIVA.

Vejamos se assiste razão à Recorrente.

Decorre do disposto no artigo 21º, nº 2, alínea a) do CIVA que não se verifica a exclusão do direito à dedução no caso das despesas mencionadas na alínea a) do número anterior, quando respeitem a bens cuja venda ou exploração constitua objeto de atividade do sujeito passivo.

Ora, na situação presente resulta dos factos provados que “A Autora não tem como objeto social o aluguer de máquinas, mas a *“Fabricação de artigos em madeira. Carpintaria e montagem de trabalhos de carpintaria”* (facto 22).

Essa circunstância foi, aliás, considerada na fixação da indemnização a título de lucros cessantes, constando da sentença que “...sendo certo que a Autora não tem como objecto social o aluguer de máquinas, utilizando a máquina em apreço, quer para a sua actividade de carpintaria, quer para a alugar a terceiros, afigura-se que o montante da indemnização não pode corresponder, sem mais, ao preço de aluguer por aquela cobrado à Ré, antes devendo ser fixado, de acordo com critérios de equidade, em montante inferior, mais concretamente, em € 50,00 por cada dia útil”.

Por não ter demonstrado a ré estar em causa uma operação inerente à atividade empresarial da autora, não é aplicável o preceito legal indicado nem o entendimento do acórdão do STJ citado (Acórdão de 12/09/2013) que considerou que “nas operações inerentes à atividade empresarial, o IVA nunca é custo para a empresa que o paga, pois, a final, tem direito à respectiva dedução”.

A este propósito sumariou-se no acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 13.10.2016, que: “I - Os mecanismos de dedução do I.V.A. estão consagrados nos artigos 19.º a 25.º, do C.I.V.A. II - Nos termos do artigo 20.º, n.º 1, do C.I.V.A., só é dedutível o imposto que tenha incidido sobre bens ou serviços adquiridos, importados ou utilizados e que sejam pertinentes aos fins próprios da actividade do sujeito passivo. Não se destinando as aquisições a fins empresariais, não poderá o sujeito passivo proceder à respectiva dedução de acordo com o citado preceito. III - O fundamento da exclusão do direito à dedução previsto no artigo 21.º, do C.I.V.A., encontra-se no facto de muitas das situações ali previstas dizerem respeito a I.V.A. suportado nos “inputs” em relação às quais se configura difícil, ou mesmo impossível, controlar da sua bondade, visando-se, pela via da exclusão, obstar à dedução do imposto suportado com bens ou serviços não essenciais à actividade produtiva ou facilmente desviáveis para consumos particulares, não empresariais/

profissionais. Esta norma é, no fundo, uma norma especial anti-abuso em sede de I.V.A.” (2)

O IVA é um imposto sobre o consumo e a ele estão sujeitas as prestações de serviços e transmissão de bens efetuados em território nacional a título oneroso (cfr. artigo 1º do CIVA).

A quantia respeitante a este imposto, a liquidar pelo sujeito passivo (isto é, pelo prestador dos serviços de reparação em causa), na medida em que a repercussão é obrigatória, deve ser adicionada ao valor da fatura ou documento equivalente “para efeitos da sua exigência aos adquirentes das mercadorias ou aos utilizadores dos serviços” (cfr. artigo 37º, nº 1 do CIVA). O valor em causa respeitante ao imposto, não obstante ser liquidado pelo prestador de serviços e constar da fatura é um valor devido ao Estado, que aquele arrecada para de seguida entregar ao Estado.

O custo para proceder à reparação da máquina, uma vez que está em causa um imposto que obrigatoriamente (legalmente) tem de ser cobrado por quem presta o serviço, pressupõe necessariamente o valor do imposto.

A possibilidade de dedução, para apuramento do imposto por si devido e incidente sobre as operações tributáveis efetuadas, do imposto que tenha sido pago pela prestação de serviços a outros sujeitos passivos é uma questão que versa já a relação entre o sujeito passivo do imposto e o próprio Estado a quem o valor deve ser pago, para efeitos de apuramento do próprio montante a esse título devido, sujeito a regras próprias e a regimes específicos.

Entendemos, por isso, que a questão do apuramento do eventual montante devido pela autora a título de IVA ao Estado aquando da sua liquidação não desonera a ré, sobre quem recai a obrigação de indemnizar, de proceder ao pagamento do valor da reparação, sendo que este necessariamente inclui o valor do imposto que legalmente foi cobrado por quem procedeu à reparação, e que foi pago pela autora como contrapartida da reparação.

Em face do exposto, a apelação terá de improceder.

*

IV - DECISÃO

Pelo exposto, acordam os juízes desta Relação em julgar improcedente a apelação, confirmando-se a decisão recorrida.

Custas pela Recorrente.

Guimarães, 17 de Março de 2022

O presente acórdão é **assinado electronicamente** pelas respectivas

Relatora - *Des. Conceição Sampaio*;

1.ª Adjunta - *Des. Elisabete Coelho de Moura Alves*;

2.ª Adjunta - *Des. Fernanda Proença Fernandes*.

1. Neste sentido, Pedro Romano Martinez, in *Direito das Obrigações (Parte Especial) Contratos*, 2.ª Edição, pag. 192

2. Disponível em www.dgsi.pt.